

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS COLETIVAS ENTRE OS CAMPONESES

João E. FABRINI¹

Resumo

O referencial teórico marxista fundamentou a interpretação do campesinato sobre a divisão da sociedade em classes e o conflito existente entre elas. Em vista da forma como o camponês estava inserido no mundo da produção, o desenvolvimento da consciência social e a organização de práticas coletivas não eram possíveis entre eles. Entretanto, atualmente, os camponeses desenvolvem um conjunto de práticas coletivas que se manifestam de diversas formas, tais como: as lutas realizadas nos movimentos sociais, ocupações de terra, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias, etc. Os camponeses dos assentamentos de reforma agrária canalizam o seu potencial de luta coletiva para garantir a sua existência. Enfim, os grupos de assentados e seus núcleos de produção revelam e operacionalizam práticas coletivas que devem ser compreendidas, principalmente como ações modeladas por relações sociais marcadas pelo conflito.

Palavras-chave: Camponeses. Práticas coletivas. Cooperativas. Classes sociais. Assentamentos rurais.

Abstract

Conceptions and collective practices among peasants

The marxist theoretical framework provided a base to the peasants interpretation about the division of the society into classes and the existent conflict between them. Considering the way that the peasants were inserted in the world of the production in the past, the development of social awareness and the organization of collective practices among them were not possible. However, nowadays the peasants develop a set of collective practices and they have shown them in several different ways such as the struggles carried out by their social movements, the land occupation, the organization of cooperatives, walks, the closure of highways and bank agencies, etc. The peasants who live in the settlements of agrarian reform canalize their potential of collective struggle to guarantee their survival. Finally, the groups of settled peasants and their nucleus of production reveal and carry out collective practices that must be understood, mainly as actions shaped by social relations marked by conflicts.

Key words: Peasants. Collective practices. Cooperatives. Social classes. Rural placements.

¹ Professor adjunto do curso de geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Rua Pernambuco, 1777 - depto de geografia, CEP: 85.960-000 - M.C. Rondon/PR. E-mail: fabrini@unioeste.br

INTRODUÇÃO

A complexa trama da reprodução do campesinato no modo de produção capitalista remete à necessidade da interpretação de sua existência no contexto contraditório e desigual deste modo de produção. As práticas coletivas e comunitárias desenvolvidas pelos camponeses são materializadas principalmente nas lutas e resistências para entrar na terra e nela permanecer. Estas práticas se manifestam de variadas formas, das quais se destacam as lutas realizadas nos movimentos sociais - como ocupações de terra -, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias, etc. Existem também aquelas atividades mediadas por relações de solidariedade e “espírito” comunitário, as quais não são organizadas necessariamente nos movimentos sociais, sindicatos ou entidades de classe.

Um importante exemplo de manifestação coletiva são as lutas realizadas pelos camponeses assentados. Organizados em grupos e núcleos, estes camponeses canalizam o seu potencial de luta coletiva para garantir a sua existência. Os grupos de assentados e núcleos de base ou produção revelam e operacionalizam práticas coletivas que devem ser compreendidas a partir das relações sociais conflituosas da sociedade capitalista e não necessariamente no processo produção de mercadorias.

A ORIGEM DO DEBATE SOBRE OS CAMPONESES E SUAS PRÁTICAS COLETIVAS

O debate sobre a concepção de coletivo entre os camponeses vem de longa data e está situado nas discussões ocorridas na Internacional Comunista, sobretudo na I Internacional. Segundo Hegedüs (1986), foi na I Internacional que se cristalizou o confronto entre os pontos de vista marxista e proudhoniano. Enquanto os marxistas partiam da abordagem tradicional da eficácia da concentração do capital, nacionalização das terras e formação de grandes unidades produtivas, os proudhonianos defendiam a apropriação privada da terra camponesa e viam aí a garantia de liberdades individuais.

Verifica-se ainda que as discussões sobre o campesinato foram norteadas, principalmente, pelo seu papel na revolução socialista. Foi a partir da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários que foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre eles. A revolução russa, por exemplo, foi um importante momento de formulação e aprofundamento das concepções teóricas sobre o campesinato.

O referencial teórico marxista procurou interpretar o campesinato no interior da divisão da sociedade em classes e o conflito existente entre elas. Nesta concepção, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista). Em vista da forma como o camponês estava inserido no mundo da produção (produção familiar individual) não eram possíveis a consciência de classe e a realização de práticas coletivas entre eles.

O *18 Brumário de Luis Bonaparte* (1987) de Marx foi um importante estudo que permitiu aos marxistas demarcar o conteúdo político do campesinato francês. Esta foi uma das principais obras que serviram de parâmetro para interpretação das práticas coletivas dos camponeses e da sua participação no processo revolucionário. Assim, o camponês foi interpretado politicamente como um sujeito conservador que não lutava para superar a condição de existência que a pequena propriedade parcelar lhe impunha.

“Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção isola uns dos

outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção". (MARX, 1987, p. 137).

Engels (1981), em *O Problema Camponês na França e na Alemanha*, foi outro autor que analisou o campesinato, destacando que o "modo caduco de produção" deste campesinato seria varrido e esmagado pelo capitalismo como um trem sobre um carrinho de mão. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo.

O entendimento é de que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seriam condições para superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a "base" material em que os camponeses estavam inseridos, naquele momento, não permitia que eles se construíssem em sujeitos políticos revolucionários.

Por outro lado, as cooperativas coletivas seriam uma forma de transformar os camponeses em operários, ou pelo menos, de assumir consciência de operários, considerada a consciência de classe, necessária para deflagrar a revolução. Segundo Engels (1981) ainda, não teria como prometer aos camponeses a perspectiva de que continuariam como pequenos agricultores, pois as grandes fazendas deveriam ser entregues à coletividade para desfrute dos trabalhadores agrícolas em formas de cooperativas coletivas.

Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também neste caso a reunião das fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em setores iguais em direito e deveres à grande cooperativa nacional de produção. (ENGELS, 1981, p. 78).

Assim, aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (operários), encarregada da sua salvação. Esta salvação passava pela necessidade de assimilação da produção coletiva, semelhante àquela existente numa fábrica.

Lênin (1982) aprofunda a compreensão de campesinato em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, reportando-se às relações não-uniformes no interior do capitalismo. O livro I de *O Capital* de Marx dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social, explicando a unidade do diverso. Assim, o conceito de formação econômico-social implicava, e ainda implica, no reconhecimento de um descompasso de relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada numa mesma base territorial.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência

entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as forças sociais que se pode compreender a manifestação coletiva dos camponeses.

Por outro lado, é importante destacar que as cooperativas também foram defendidas por Lênin e por grande parte de autores que adotaram o princípio marxista para interpretar as práticas coletivas entre os camponeses. Cabe destacar que, atualmente, a defesa das cooperativas como prática coletiva entre os camponeses é defendida por segmentos importantes da sociedade, como pode ser verificada na proposta do MST para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

A PROPOSTA DE COOPERATIVAS E OPERACIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS COLETIVAS ENTRE OS CAMPONESES DOS ASSENTAMENTOS

As cooperativas são defendidas por movimentos (MST, MPA, Fetraf etc.), por estudiosos da questão agrária, por órgãos oficiais, dentre outros segmentos como uma forma de viabilizar as atividades coletivas entre os camponeses. Mesmo tendo à frente a dimensão econômica e produtiva como elemento fundamental para operacionalização das atividades coletivas e as várias dificuldades encontradas para sua manutenção, as cooperativas são entendidas como uma importante estratégia de garantia de reprodução da existência dos camponeses.

As cooperativas agrícolas são entendidas como forma de superar as mazelas do sistema capitalista por meio de ações coletivas. No entanto, as manifestações coletivas entre os camponeses não estão restritas às cooperativas e surgem muitas outras manifestações, como a formação de grupos de assentados, associações, comunidades, núcleos de produção etc.

O MST defende a necessidade da implantação de cooperativas agrícolas nos assentamentos como forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade. As cooperativas devem ter objetivo maior do que os benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos. Devem contribuir para a conscientização política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária". (GÖRGEN; STEDILE, 1991, p. 146).

“... as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária”. (GÖRGEN; STEDILE, 1991, p. 146).

O entendimento do MST e Concrab (confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil) é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar individual. A intenção do assentado de produzir com a família no seu próprio lote é uma característica camponesa dos assentados que favorece, no entendimento do MST, o surgimento de “desvios”; obstáculo a ser combatido para evoluir e alcançar formas superiores de produção, como as CPAs (cooperativas de produção agropecuária) nos assentamentos. (MST, 1986 e CONCRAB, 1998, 2001).

A forma de apropriação da terra e dos meios de produção, coletiva ou individual, têm um conteúdo político-ideológico, pois a apropriação privada e a exploração familiar da terra permitem a produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Neste sentido, o MST

aponta para a necessidade de superação da produção camponesa para construir a consciência coletiva. Trata-se da construção de consciência coletiva forjada no processo de produção coletiva de mercadorias, semelhante ao que ocorre numa fábrica.

"Transformar a ideologia do camponês: substituir o 'meu' pelo 'nosso' e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo". - E ainda - "A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com a sua família. Fazendo deste o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for 'bicho". (CONCRAB, 1998, p.13 e 21).

A proposta de cooperação por meio das CPAs refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para viabilidade econômica dos assentamentos. Conforme a Concrab, existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade, divisão e especialização do trabalho, racionalização de acordo com os recursos naturais e, por fim, desenvolvimento de agroindústrias para se alcançar patamares de produção cada vez mais elevados nos assentamentos.

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas do MST a divisão do trabalho, a qual implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Esta é base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais... No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como consequência do trabalho de cooperação esta idéia, de transformar a 'consciência camponesa' em uma 'consciência operária'. (CONCRAB, 1999, p. 11).

Assim, a produção camponesa se constituiria numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST realizava, até no passado recente, cursos de formação aos assentados, dos quais se destacavam os Laboratórios Organizacionais. Estes laboratórios eram um pré-requisito para a fundação de cooperativas coletivas, além de introduzirem a racionalidade econômica e a organização empresarial, considerados pelo MST como a forma de viabilizar econômica e politicamente as CPAs.

As cooperativas, concebidas a partir de uma racionalidade da economia mercantil, exigem a associação entre trabalho, capital e terra para enfrentar a concorrência, ou o monopólio, que o setor mercantil/industrial/financeiro exerce sobre o setor agropecuário. Como é praticamente impossível ao assentado concorrer com os grandes grupos econômicos que atuam no setor trabalhando com a família no seu lote, as cooperativas agrícolas seriam uma alternativa de existência dos pequenos agricultores fora dos limites da miséria e da subordinação.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), devem produzir mercadorias em escala para elevação dos patamares competitivos, pois "No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade".(MST, 1993, p.11). Em outro documento da Concrab, elaborado em 1999, fica ainda mais evidente a necessidade dos assentados depositarem atenção na produção de mercadorias como forma de viabilidade dos assentamentos.

Uma unidade de produção qualquer, somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [grifo nosso]. (CONCRAB, 1999, p. 14).

A implantação das relações tipicamente capitalistas (produção de mercadorias) seria viabilizada nos assentamentos pelas cooperativas, principalmente as CPAs. Portanto, as cooperativas permitem a espacialização de modernas relações sociais de produção, necessárias para a superação do ordenamento social regulado pelo capital. Assim, está implícita na proposta de cooperativas do MST a possibilidade de construção da resistência nos assentamentos.

Trata-se de uma construção territorial que não passa pela dimensão camponesa, ou seja, que não reconhece na construção do território camponês as condições favoráveis para transformações sociais revolucionárias, pois o coletivo forjado na esfera política das relações camponesas tem um conteúdo “menor” do que aquele forjado no interior da produção de mercadorias, como ocorre, por exemplo, com os operários de uma fábrica. Portanto, a compreensão do MST é a de que a consciência coletiva dos sem-terra, necessária para acelerar o processo revolucionário e de construção do socialismo deve ser forjada no interior da produção de mercadorias e não necessariamente nas relações sociais de produção.

Esta compreensão do MST é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização e surgimento de importante mercado consumidor. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais de produção.

Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d'O Capital segundo a qual a grande indústria mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno-burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agrícolas e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado. (LÊNIN, 1982, p. 341).

Mesmo concebendo as cooperativas nos assentamentos com objetivos diferentes de um empreendimento capitalista, porque na CPA, os trabalhadores socializam os meios de produção, dirigem o processo de produção e comercialização, enfim, se apropriam dos produtos elaborados por eles, cabe observar que a “lógica”, o objetivo, é a inserção no mercado. É uma lógica que sobrepe os interesses “acumulativos” às necessidades básicas de cada assentado. Assim, há a necessidade de produção em escala cada vez maior para gerar excedentes. Para alcançar patamares cada vez mais elevados de competitividade, os excedentes não deverão ser distribuídos aos trabalhadores, pois a cooperativa carece cada vez mais de investimento em tecnologia, máquinas, instrumentos, enfim, de capitalização.

Os excedentes, quando existem nas cooperativas dos assentamentos, não podem ser consumidos pelos sem-terras assentados, mas devem ser reinvestidos na produção.

Assim, o MST espera que os trabalhadores na cooperativa possam tirar vantagens com integração ao mercado e garantir a permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização implícita na proposta cooperativista dos assentamentos, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta...Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (OLIVEIRA, 1994, p.49/50).

A racionalidade do camponês não é a de um produtor de mercadorias e excedentes mercantis, conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista na circulação, quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias. Além disso, a produção camponesa não é somente produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social.

Assim, verifica-se que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico estão sustentadas na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão confronta-se com uma economia mercantil simples (M-D-M) da produção camponesa. Portanto, há nos assentamentos uma discrepância entre o projeto coletivo dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab.

O MST entende que os camponeses não possuem “consciência coletiva” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento”, elaborado em 2001.

Os camponeses por serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolvem uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tendem a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [*grifo nosso*]. (CONCRAB, 2001, p.07).

A eliminação das características camponesas entre assentados seria uma necessidade para o desenvolvimento econômico, social, político. A própria expansão das lutas e a

realização da revolução socialista dependeria da superação das características camponesas dos assentados.

Neste entendimento, uma proposta elimina a outra, ou seja, o projeto camponês elimina o projeto de cooperativas coletivas. Assim, é preciso silenciar o projeto camponês dos assentados para o desenvolvimento das cooperativas (CPA) e das atividades coletivas. A CPA tem como fim o estabelecimento de relações igualitárias entre os assentados operacionalizadas pela coletivização dos meios de produção.

A base material em que os camponeses estão inseridos não permite que eles se constituam enquanto sujeitos políticos. Portanto, há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que possa participar do processo político. Esta força aglutinadora é forjada pelas cooperativas agrícolas.

Porém, em meados de 2001, o MST passou a mobilizar esforços no sentido de organizar os assentamentos a partir da formação de comunidades de resistência, ou seja, princípios de organização camponesa, como uma estratégia defensiva dos assentados.

PRÁTICAS COLETIVAS ENTRE OS CAMPONESES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Considerando que as relações capitalistas de produção se expandem desigual e contraditoriamente, é possível compreender a existência camponesa e a construção do seu lugar social, inclusive por meio de práticas coletivas. É como se o camponês não tivesse lugar no modo de produção capitalista, mas traindo as leis do capital por meio de suas lutas, resistências e enfrentamentos, o camponês constrói o seu lugar.

A concepção de práticas coletivas a partir de parâmetros da razão lógica estruturalista, que se tornaram hegemônicos no pensamento marxista, não é suficiente para interpretar as ações camponesas. Assim, as concepções e práticas coletivas dos camponeses carecem de interpretações feitas no contexto de lutas e do conflito de classes e não exclusivamente na perspectiva de sua inserção no processo produtivo de mercadorias.

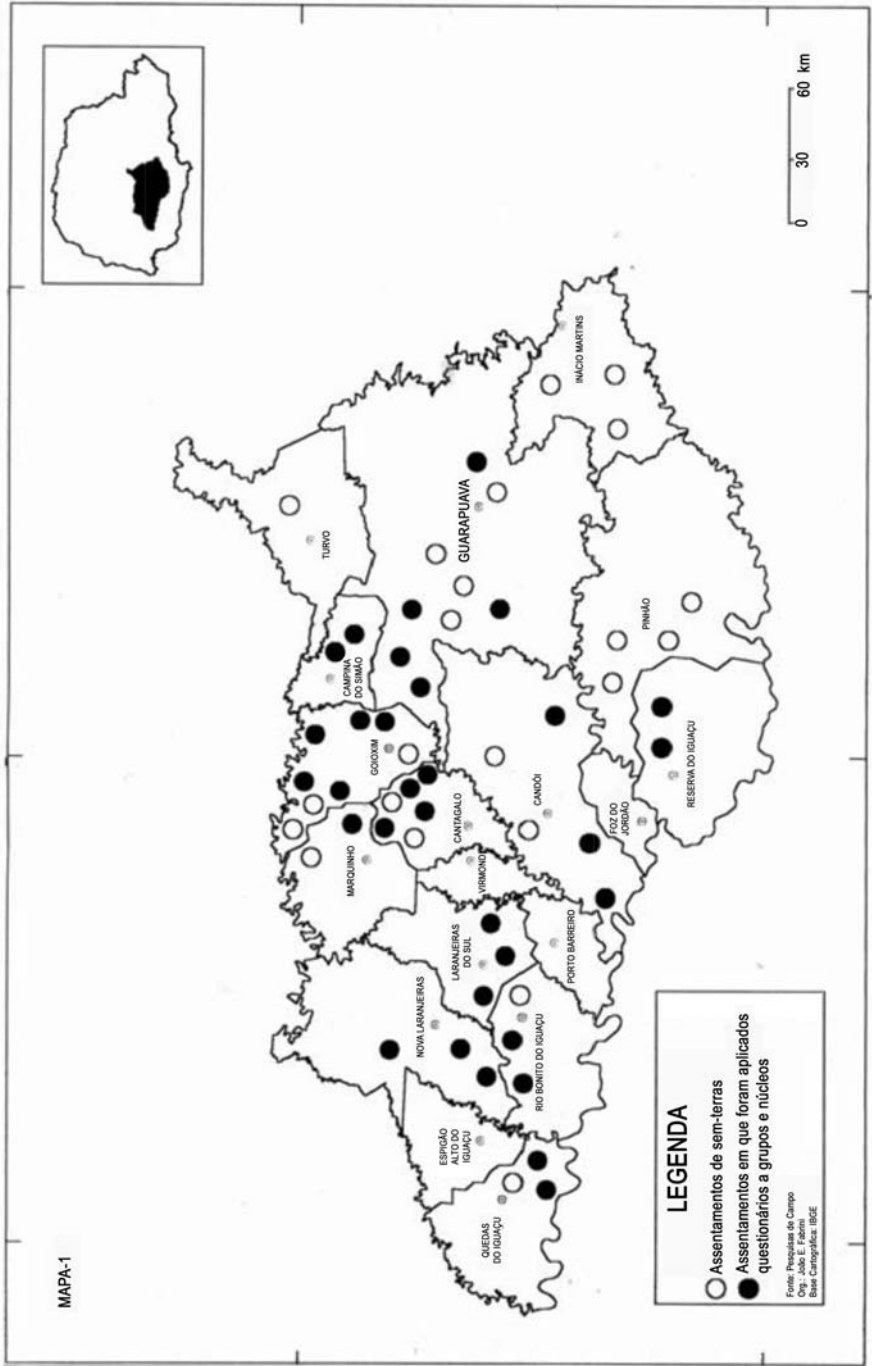
Martins (1989, 1990, 2000), ao tratar da existência dos camponeses, levanta a necessidade de re-interpretação das lutas destes, reconhecendo nelas (principalmente na luta pela terra), a garantia do seu lugar social e político. Neste sentido, é preciso saber ouvir os camponeses, que falam por meio das suas lutas. "Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa". (MARTINS, 1990, p.17).

Um conjunto de manifestações tais como, caminhadas, marchas, enfrentamentos, ocupações de terra, evidencia as práticas coletivas entre os camponeses. Há que se destacar ainda as manifestações comunitárias construídas a partir da solidariedade como o mutirão, ajuda mútua, troca de dias de serviço, dentre outras manifestações.

As práticas coletivas verificadas nos assentamentos de reforma agrária são um importante exemplo, em que surgem núcleos de base/produção e grupos de assentados. A partir destes núcleos e grupos de assentados são realizadas diversas mobilizações pelos camponeses dos assentamentos.

Os grupos de assentados e núcleos são um agrupamento de aproximadamente 15 famílias com o objetivo de planejar e organizar a produção sem necessariamente coletivizar as terras, instrumentos, trabalho e gestão da produção. Para tratar dos grupos de assentados e núcleos serão utilizadas informações de pesquisa de campo realizada em assentamentos de reforma agrária no Estado do Paraná, quando foram aplicados 32 questionários a coordenadores, membros destes núcleos e grupos de assentados da região centro-oeste paranaense, conforme mapa a seguir (figura 1).

Figura 1 - Assentamentos de sem-terras
Centro-oeste do Paraná (2005)



Os 32 questionários aplicados a coordenadores e membros de núcleos e grupos de assentados apresentaram perguntas “abertas” -em que o depoente discorria sobre determinado assunto- e por perguntas “fechadas”, quando eram solicitadas informações objetivas e quantitativas, tais como: número de membros dos grupos e trabalhadores da cada família, produtividade, área cultivada, grau de escolaridade etc. Nas questões “abertas”, foram solicitadas informações de caráter subjetivo sobre a organização e dificuldades enfrentadas pelos grupos, conhecimentos de temáticas relacionadas à questão agrária, atividades coletivas desenvolvidas, participação nas lutas etc.

Existe na região centro-oeste paranaense 54 assentamentos de sem-terra, segundo informações da superintendência do Incra/PR, mas nem todos os assentamentos possuem grupos e núcleos organizados. Existe ainda uma grande diversidade de formas de organização nos assentamentos, sendo possível classificá-las da seguinte forma: assentamentos com núcleos e grupos vinculados ao MST ou cooperativas de reforma agrária; assentamentos em que a organização de grupos foi estimulada por Associações de assentados e não possuem vínculo com o MST; assentamentos que estão organizados em grupos derivados, principalmente do período em que os sem-terra estiveram acampados, mas atualmente não possuem vínculo orgânico com o MST.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos não é mediada pela produção agrícola necessariamente, mas por afinidades políticas construídas no processo de luta. Os núcleos e os grupos formados por camponeses não são um espaço de produção agrícola apenas, mas, principalmente, espaço de socialização política que oferece resistência à subordinação imposta pelo modo de produção capitalista.

O objetivo inicial dos núcleos e grupos foi organizar a produção agrícola, pois no entendimento do MST, que tem estimulado a sua formação, a partir da produção agrícola coletiva se desdobra a consciência coletiva entre os camponeses. Entretanto, são poucos os núcleos ou grupos em que há coletivização da terra, ferramentas, instrumentos, enfim, meios de produção, ou que realizam trabalho coletivo.

Os grupos e núcleos se destacam mais pelas atividades políticas do que pelas atividades econômicas coletivas. Eles são uma importante referência para aglutinação de assentados nas possíveis mobilizações e lutas realizadas pelos assentados nas diferentes reivindicações e demandas.

As práticas coletivas entre os camponeses não ocorrem necessariamente na esfera da produção agrícola, mas principalmente, nas atividades “não-produtivas”. Isso é verificado nas diferentes mobilizações e lutas dos assentados, tais como conquista de recursos financeiros, infraestrutura para os assentamentos, políticas públicas etc. Os atos de protestos contra privatizações, fechamento de rodovias, ocupações de órgãos públicos, marchas e caminhadas, encontros também são exemplos de práticas coletivas, não ligadas à produção, realizadas pelos camponeses dos assentamentos.

Os camponeses dos núcleos e grupos desenvolvem ainda outras práticas coletivas: discussões sobre temáticas como dívida externa, gênero, educação, privatizações, demandas geradas por diferenças entre campo e cidade, agroecologia, OGM (organismos geneticamente modificados) etc. É notável a atenção recente do MST com a preservação dos recursos naturais e a subordinação dos camponeses em relação ao cultivo de plantas híbridas e transgênicas, por exemplo.

Por meio de pesquisa de campo, referida anteriormente, foi possível verificar as principais atividades dos grupos de assentados e núcleos. Os dados das atividades coletivas desenvolvidas nos núcleos e grupos apontados a seguir evidenciam o conteúdo político destas formas de organização nos assentamentos e não podem ser consideradas como práticas políticas individualistas e conservadoras, como geralmente se atribuem aos camponeses.

Verificou-se que o *repasso de informações* aos membros dos grupos e núcleos predominou entre as atividades realizadas, pois 96,8 % dos depoentes informaram a realização

desta atividade. As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitiram ao assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios camponeses e/ou sujeitos das lutas.

As *discussões e análise de conjuntura* também foram atividades realizadas por praticamente todos os grupos e núcleos, ou seja, 96,8 % realizaram estas atividades. A *organização de mobilizações e protestos* também se destacou entre as atividades realizadas, pois 78,1 % dos núcleos dedicaram-se a esta tarefa.

A *aquisição de maquinário agrícola* pelos grupos e núcleos foi uma atividade realizada por 40,6 % do universo pesquisado. É importante destacar que a aquisição das máquinas foi feita coletivamente com financiamento do PRONAF (programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar), principalmente, mas a utilização se dá familiarmente, ou seja, em cada lote. A *comercialização conjunta* de parte da produção familiar foi feita por 28,1 % dos grupos de assentados e núcleos.

Por outro lado, a *produção e trabalho coletivos* foram realizados em apenas 18,7 % dos grupos de assentados e os *mutirões* foram organizados por 6,2 % dos camponeses assentados vinculados a estes grupos. Não souberam responder que atividades os grupos realizam, 3,1 % dos assentados organizados nos grupos.

A rede formada pelos núcleos e grupos permitiu a ampliação da área de ação dos assentados, articulando um quadro territorial menor (assentamento) à dimensão nacional e internacional. Neste sentido, além do próprio grupo e núcleos indicar a existência de práticas coletivas entre os camponeses, a formação dos grupos estimulou e ampliou a participação dos camponeses em um conjunto maior de manifestações coletivas.

Foi possível verificar, por meio dos dados coletados na pesquisa de campo, a participação individual/familiar dos camponeses organizados nos grupos e núcleos nas variadas manifestações coletivas realizadas por diferentes entidades e movimentos.

O *apoio a acampamentos*, principalmente com o fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos lotes dos assentamentos, foi apontado por 93,7 % dos assentados. A participação em *atos de protesto* como aqueles contra privatizações e violência no campo, por exemplo, teve a participação de 87,5 % camponeses vinculados a núcleos e grupos de assentados.

A *ocupação de agências bancárias e órgãos públicos* (Banco do Brasil e Incra, principalmente) teve a participação de 81,2 % dos assentados; As *marchas ou caminhadas* tiveram a participação de 71,8 % dos assentados. A participação em *ocupações de terra*, depois de ser assentado, foi declarada por 65,6 % dos camponeses vinculados aos grupos e núcleos, e as *manifestações ou reivindicações* ao poder local por infraestrutura, escola, saúde, dentre outras, tiveram participação de 59,3 % dos camponeses dos grupos e núcleos. O apoio às *lutas de outras categorias* teve a participação de 21,8% dos assentados, indicando que a lutas camponesas não são corporativas e ligadas aos interesses imediatos e localizados.

Além do apoio a reivindicações de outras categorias e as diferentes práticas coletivas tratadas anteriormente, outro importante exemplo de lutas estruturais realizadas pelos camponeses, sobretudo aqueles vinculados ao MST, foi a realização em passado recente, de luta pela conquista da democracia com o lema “sem reforma agrária não há democracia”. Aliás, a luta pela reforma agrária, bandeira levantada desde a década de 1950 pelos camponeses das Ligas Camponesas, indica que sua reivindicação está colocada como parte de um projeto popular de desenvolvimento do Brasil. A partir de 1995, amadurecidas as condições para debate das questões sociais e políticas, foi definido pelo MST que a “reforma agrária é uma luta de todos”. Esta palavra de ordem procurou envolver toda a sociedade na sua realização.

A preocupação dos camponeses com os grandes temas nacionais também foi verificada na “marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça” realizada em 1997. Esta marcha

mobilizou cerca de 100 mil pessoas em todo o Brasil para protestar contra a política econômica do governo, desigualdades sociais e principalmente contra o assassinato de 19 sem terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, transformando o dia 17 de abril no Dia Internacional da Luta Camponesa. O envolvimento da sociedade nas manifestações de 17 de abril indicou que as lutas camponesas vão além da conquista da terra.

A mobilização contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em meados da década de 1990 é outro importante indicativo para evidenciar a preocupação dos camponeses dos assentamentos com os interesses nacionais. Neste contexto, foram realizadas campanhas contra a privatização de muitas outras empresas estatais com participação dos camponeses organizados nos grupos de assentados.

Todos os assentados entrevistados na pesquisa de campo apresentaram noções gerais e opinião formada sobre a onda de privatização ocorrida no período de governo FHC. Assim, 96,8 % se posicionaram contrários ao processo de privatização, sendo que a venda de empresas estatais foi considerada sinônimo de privatização por grande parte dos assentados.

O conhecimento (noções gerais) de temáticas como capitalismo, socialismo, dívida externa e FMI são um importante indicador da politização dos camponeses dos assentamentos. Isso foi verificado na fala dos assentados organizados nos núcleos e grupos.

A idéia de que o capitalismo é um sistema gerador de desigual distribuição de riquezas produzidas socialmente, em que estão de um lado, os trabalhadores, e de outro, os capitalistas, esteve presente em 75,0 % das respostas aos questionários aplicados. As respostas indicaram ainda para a crítica das relações capitalistas de produção e não houve nenhum assentado que apontasse vantagens econômicas, nessas relações, dentre aqueles que conseguiram definir o conceito de capitalismo.

Uma parte dos assentados (56,2%) apresentou noções gerais sobre o socialismo e entende que este sistema se constitui na forma ideal de organização social e econômica. Observou-se nas respostas sobre o socialismo, que parte dos entrevistados, fazia relação com os países do "socialismo real", sendo comum citação de Cuba como referência. A maior parte das respostas está relacionada à distribuição igualitária das riquezas produzidas.

Por outro lado, os camponeses apontaram algumas desvantagens, como a centralização do poder político. Outra desvantagem apontada ainda no sistema socialista foi o fato de difícil implantação, sendo comum citação das dificuldades enfrentadas na produção e trabalho coletivos no assentamento.

As noções de dívida externa foram verificadas na declaração de 90,6% dos assentados, cabendo referência ao plebiscito organizado em 2000 pelas entidades ligadas aos direitos dos trabalhadores e CNBB (conferência nacional dos bispos do Brasil). Vários assentados declararam que se empenharam na realização do plebiscito no seu núcleo/grupo e comunidade em geral. Muitos entrevistados acrescentaram que a dívida externa já foi paga na forma de juros aos organismos financeiros internacionais como o FMI, Banco Mundial, enfatizando que a elite brasileira (os capitalistas) submete a nação ao capital internacional por meio desta dívida.

As informações sobre Banco Mundial, FMI e outros organismos econômicos internacionais também são de conhecimento da maioria dos assentados, sendo que pequena parcela (9,3%) declarou não possuir noção sobre os referidos organismos. Alguns assentados fizeram questão de evidenciar que já participaram de manifestações contrárias à intervenção dos EUA e do FMI na economia do País. Outros assentados (12,5%) inclusive, procuraram relacionar o Branco Mundial à reforma agrária, afirmando que se trata de uma intervenção para destruir a organização dos sem-terra, pois o acesso à terra era por meio de compra, financiada pelo Banco da Terra, e não pela luta.

Os dados sobre as diferentes manifestações coletivas dos camponeses assentados apontados anteriormente, indicam o conteúdo de classes destas manifestações e a explicitação

do conflito de interesses existentes entre elas. É possível verificar, pela compreensão e natureza das lutas coletivas realizadas pelos camponeses organizados nos núcleos e grupos, a resistência e confronto ao modelo hegemônico de produção, a qual está baseado na transferência de renda dos camponeses para os segmentos dominantes da sociedade (capitalistas e proprietários de terra).

Ao contrário do que se poderia supor em relação aos camponeses, que devido à sua condição e inserção no processo produtivo, teriam uma visão corporativa, individualista, que tem dificuldade de compreensão da totalidade e não tem posição de classe, os mesmos demonstram visualização e consciência política verificadas por meio de seus gestos de mobilizações coletivas, as quais não se restringem a interesses e benefícios imediatos, apenas.

As manifestações coletivas dos camponeses se constituem numa eficiente força de contestação da ordem vigente. Contudo, sua eficiência não se reverte em capacidade e exercício do poder. Esta questão tem se constituído num grande dilema para os mediadores e partidos que vêem nos camponeses a “dinamite” capaz de desmoronar a construção desigual da sociedade capitalista, mas não reconhecem este mesmo ímpeto no exercício do poder.

Além das atividades coletivas desenvolvidas pelos assentados vinculados aos grupos e núcleos, bem como conhecimento de temáticas que evidenciam consciência política dos assentados, verificou-se também, entre os camponeses, as manifestações comunitárias, favorecidas, muitas vezes, pela aproximação dos lotes e relações de vizinhança. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados permite a aproximação e unidade entre as famílias, condição necessária para a construção da resistência na esfera da solidariedade.

As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na trocas de dias de serviço, mutirões para colheitas e manejo das lavouras, por exemplo. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, tanto na sede da comunidade onde está a capela, quanto nas residências.

As ações comunitárias podem ser potencializadas em lutas políticas questionadoras da ordem desigual capitalista de distribuição de riquezas. A partir da solidariedade e do “espírito” comunitário podem se construir relações que permitem ampliar as demandas por mudanças sociais e questionamento do poder. Portanto, estas formas comunitárias e solidárias de organização não devem ser desprezadas na potencialização da organização política e coletiva para o questionamento da ordem social capitalista.

Por outro lado, as manifestações coletivas e comunitárias entre os camponeses, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre são marcadas pela harmonia, fraternidade, ajuda entre as pessoas, tanto no cultivo das lavouras quanto num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e lutas intestinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de práticas coletivas entre os camponeses carece de entendimento no interior da natureza contraditória e desigual das relações sociais capitalistas, quando se verifica um descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Assim, a contradição se constitui em parâmetro para a compreensão das concepções e práticas coletivas entre os camponeses.

No processo de construção do lugar social dos camponeses, as cooperativas despontam como forma de construção e operacionalização das práticas coletivas, possibilitando a eles (camponeses) se constituírem como sujeitos políticos. Nesta compreensão, a possibilidade se abre a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam. É como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por outro lado, mesmo no interior da proposta de inclusão econômica e de necessidade de desenvolvimento de forças produtivas como condição para a construção de sujeitos políticos coletivos, os camponeses vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pela esfera da produção *stricto sensu*. Verifica-se nesta construção, que as práticas coletivas ocorrem mais pelo desenvolvimento da consciência da sua condição de classe e das forças sociais populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas, mesmo em cooperativas agrícolas.

No caso dos grupos de camponeses assentados, formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as práticas coletivas. É neste agir coletivo construído a partir da consciência do conflito de classes da sociedade capitalista e centrado na esfera política que os camponeses vão constituindo o seu lugar social.

REFERÊNCIAS

- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34. 2003.
- CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. 2 ed. São Paulo: Concrab. Caderno de Cooperação Agrícola. n.5. 1998.
- _____. **Evolução da concepção de Cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. Caderno de Cooperação Agrícola. n.8. São Paulo: Concrab: 1999.
- _____. **O que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento**. São Paulo: Concrab. 2001.
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J.G. e STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. (Trad. Sandra Brizolla). São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- FERNANDES, B. M. **MST - Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- GÖRGEN, F. S. A., STEDILE, J. P. (Org.). **Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes. 1991.
- HEGEDÜS, A. A Questão Agrária. In: HOSBSBAWM, E. (Org.) **História do Marxismo IV: O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. 2.ed. (Trad. De Luiz Sérgio N. Henriques et al.), Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 149-171.
- LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. (Tradução de José Paulo Neto). São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Economistas. 1982.
- MARTINS, J. S. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec. 1989.
- _____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- _____. **Reforma Agrária: o Diálogo Impossível**. São Paulo: Edusp. 2000.
- MARX, K. **El Campesinato Como Clase**: México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes. 1987.

MST. **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST, Caderno de Formação n.20. 1993.

OLIVEIRA A. U. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

_____. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 12, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas**. Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.

SCHNEIDER, J.E. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo. 1981. p. 11- 40.

Recebido em abril de 2006
Revisado em janeiro de 2007
Aceito em junho de 2007